

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2015

DENOMINAÇÃO TERRAMAR – Associação de Solidariedade Social de Vila Chã

MORADA Rua Padre Ventura

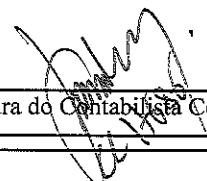
N. 20 **ANDAR** r/c **LOCALIDADE** Vila Chã

FREGUESIA Vila Chã

CONCELHO Vila do Conde

COD. POSTAL 4485 - 750

EM ____ / ____ / ____



(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: _____ , _____

_____ , _____

ASSINATURAS: _____

ASSINATURA DO PRESIDENTE

TERRAMAR - ASSOC. SOLID. SOCIAL VILA CHA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 507381319

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	112 264,82	115 209,35
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.15	13,08	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		112 277,90	115 209,35
Activo corrente			
Inventários	7	80,27	28,36
Clientes	12.2	716,62	1 144,58
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12.8	1 260,12	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.1	2 685,00	2 317,50
Outras contas a receber	12.3	0,00	0,00
Diferimentos	12.3	207,38	211,10
Outros activos financeiros	12.4	1 000,00	1 000,00
Caixa e depósitos bancários	12.5	4 351,30	580,46
		10 300,69	5 282,00
Total do activo		122 578,59	120 491,35
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	2 334,40	2 334,40
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	56 601,36	54 066,25
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	0,00	0,00
		58 935,76	56 400,65
Resultado líquido do período		11 763,96	2 535,11
Total do fundo de capital		70 699,72	58 935,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	44 763,66	51 777,91
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		44 763,66	51 777,91
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	1 196,30	1 170,21
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12.8	783,16	706,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	0,00	4 251,58
Diferimentos	12.3	0,00	165,00
Outras contas a pagar	12.9	5 135,75	3 484,09
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		7 115,21	9 777,68
Total do passivo		51 878,87	61 555,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		122 578,59	120 491,35

A Direcção

O responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

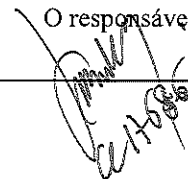
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 015	2 014
Vendas e serviços prestados	8	42 696,38	42 077,15
Subsídios, doações e legados à exploração	12.10	27 416,48	14 108,51
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	5 047,88	4 293,28
Fornecimentos e serviços externos	12.11	21 279,86	23 302,43
Gastos com o pessoal	10	35 257,61	27 787,11
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.12	7 123,67	9 758,67
Outros gastos e perdas	12.13	92,86	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		15 558,32	10 561,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	2 944,53	6 829,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 613,79	3 732,50
Juros e gastos similares suportados	12.14	849,83	1 197,39
Resultados antes de impostos		11 763,96	2 535,11
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		11 763,96	2 535,11

A Direcção

O responsável



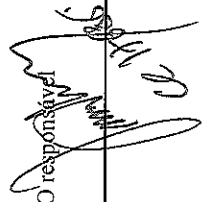
Entidade: TERRAMAR - ASSOC. SOLID. SOCIAL VILA CHA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 507381319

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro de Dia	PERÍODOS	
			2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	42 696,38	42 696,38	42 077,15
Custo das vendas e dos serviços prestados	7, 10 e 12.11	51 578,79	51 578,79	44 575,29
Resultado Bruto		-8 882,41	-8 882,41	-2 498,14
ISS, IP - Centro Distrital	9	7 064,64	7 064,64	0,00
Outros Rendimentos	8, 9, 12.10 e 12.12	27 475,51	27 475,51	23 867,18
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	12.11 e 5	12 951,09	12 951,09	17 636,54
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	12.13	92,86	92,86	0,00
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		12 613,79	12 613,79	3 732,50
Gastos de financiamento (líquidos)	12.14	849,83	849,83	1 197,39
Resultado antes de impostos		11 763,96	11 763,96	2 535,11
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		11 763,96	11 763,96	2 535,11

A Direcção

O responsável


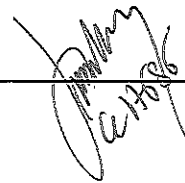
TERRAMAR - ASSOC. SOLID. SOCIAL VILA CHA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		42 571,44	41 763,69
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		22 794,67	22 477,16
Pagamentos ao pessoal		23 552,91	26 652,12
Caixa gerada pelas operações		-3 776,14	-7 365,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		15 551,89	14 006,77
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		11 775,75	6 641,18
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		6,29	7,10
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		6,29	7,10
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações	12.10	4 284,46	3 846,37
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	12 295,66	12 360,35
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-8 011,20	-8 513,98
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		3 770,84	-1 865,70
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		580,46	2 446,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		4 351,30	580,46

A Direcção

O Responsável



**TERRAMAR – ASSOCIAÇÃO DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL DE
VILA CHÃ**

Anexo às demonstrações financeiras de 2015

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	9
6	Custos de Empréstimos Obtidos	9
7	Inventários	10
8	Rédito	10
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
10	Benefícios dos empregados	11
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
12	Outras Informações.....	12
12.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	12
12.2	Clientes e Utentes	12
12.3	Diferimentos	12
12.4	Outros Ativos Financeiros	12
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	13
12.6	Fundos Patrimoniais.....	13
12.7	Fornecedores	13
12.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
12.9	Outras Contas a Pagar.....	14
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	14
12.11	Fornecimentos e serviços externos.....	14
12.12	Outros rendimentos e ganhos	15
12.13	Outros gastos e perdas	15
12.14	Resultados Financeiros.....	15
12.15	Investimentos Financeiros	15
12.16	Acontecimentos após data de Balanço	16

1 Identificação da Entidade

A TERRAMAR – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE VILA CHA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 149, Série III, com sede na Rua Padre Ventura Teixeira, 20 r/c, 4485 – 750 Vila Chã, Vila do Conde. Tem como objetivos contribuir para o bem-estar da comunidade, desenvolvendo estruturas e atividades de proteção à infância e à juventude, à família, à comunidade e população ativa, aos idosos e deficientes, tendo como âmbito de ação a freguesia de Vila Chã e freguesias vizinhas do concelho de Vila do Conde.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Imposto Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Terrenos e Recursos Naturais	18 750,00				18 750,00
Edifícios e Outras Construções	112 180,48				112 180,48
Equipamento Básico	5 898,55				5 898,55
Equipamento de Transporte	18 012,00				18 012,00
Equipamento Administrativo	980,00				980,00
Activo Tangível Bruto	155 821,03	0,00	0,00	0,00	155 821,03
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	16 836,66	2 243,61			19 080,27
Equipamento Básico	4 783,02	700,92			5 483,94
Equipamento de Transporte	18 012,00				18 012,00
Equipamento Administrativo	980,00				980,00
Depreciações Acumuladas	40 611,68	2 944,53	0,00	0,00	43 556,21
Activo Tangível Líquido	115 209,35	-2 944,53	0,00	0,00	112 264,82

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	44 763,66	44 763,66	4 251,58	51 777,91	56 029,49
Total	0,00	44 763,66	44 763,66	0,00	51 777,91	56 029,49

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

RÚBRICAS	31-12-2015	31-12-2014
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	80,27	28,36
Total	80,27	28,36

Inventários gastos do período:

MOVIMENTOS	2015	2014
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	28,36	65,22
Compras	77,21	319,48
Doações	5 022,58	3 936,94
Saldo Final	80,27	28,36
Gastos do Período	5 047,88	4 293,28

8 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÚBRICAS	31-12-2015	31-12-2014
Prestação de Serviços	42 696,38	42 077,15
Quotas do Utilizadores	29 361,38	29 274,65
Quotas e Jóias	13 335,00	12 802,50
Outros Rendimentos e Ganhos	7 117,38	9 751,57
Rendimentos Suplementares	6 817,38	9 551,57
Outros	300,00	200,00
Juros	6,29	7,1
Outras Aplicações	6,29	7,1
Total	49 820,05	51 835,82

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

DESCRIÇÃO	2015				2014		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			7 064,64			0,00
Junta Freguesia Vila Chã	Não Reembolsável			660,00			600,00
Camara Municipal de Vila do Conde	Não Reembolsável			6 000,00			3 750,00
IEFP	Não Reembolsável			4 384,80			1 879,20
Total		0,00	0,00	18 109,44	0,00	0,00	6 229,20

Em Agosto de 2015 a entidade começou a receber comparticipação da segurança social. Esta comparticipação teve efeitos a partir de Julho de 2015.

10 Benefícios dos empregados

Quer em 2015 quer em 2014 o órgão diretivo é constituído por 8 membros.

O número pessoas ao serviço da Entidade em 2015 foi de 3 e em 2014 foi de 2.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Remunerações ao pessoal	24 716,65	21 126,42
Encargos sobre as Remunerações	5 796,57	4 554,37
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	426,39	313,37
Outros Gastos com o Pessoal	4 318,00	1 792,95
Total	35 257,61	27 787,11

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Quotas	2 685,00	2 317,50
Total	2 685,00	2 317,50
Passivo		
Total	0,00	0,00

12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	716,62	1144,58
Total	716,62	1144,58

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	207,38	211,10
Total	207,38	211,10
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas	0,00	165,00
Total	0,00	165,00

12.4 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Outros Ativos Financeiros		
Crédito Agrícola	1.000,00	1.000,00
Total	1.000,00	1.000,00

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

DESCRIÇÃO	31-12-2015	31-12-2014
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	215,26	570,63
Depósitos à Ordem	4 136,04	9,83
Total	4 351,30	580,46

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2 334,40			2 334,40
Resultados Transitados	54 066,25	2 535,11		56 601,36
Total	56 400,65	2 535,11	0,00	58 935,76

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores	1 196,30	1 170,21
Total	1 196,30	1 170,21

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Iva - A recuperar	1260,12	0,00
Total	1260,12	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	106,00	112,00
Segurança Social	672,11	594,80
Fundos compensação (FCT e FGCT)	5,05	0,00
Total	783,16	706,80

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos				
Remunerações a Liquidar		5 014,03		3 461,47
Outras Despesas Diferidas		121,72		22,62
Outros Credores		0,00		0,00
Total	0,00	5 135,75	0,00	3 484,09

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	18 109,44	6 229,20
Doações e heranças	9 307,04	7 879,31
Total	27 416,48	14 108,51

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

A rubrica “doações e heranças” engloba o valor dos géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos - Gertal	11 273,30	12 494,90
Serviços especializados	2 139,52	1 944,66
Materiais	330,79	858,41
Energia e fluidos	3 476,09	3 126,09
Serviços diversos	4 054,36	4 867,38
Encargos com os Utentes	5,8	10,99
Total	21 279,86	23 302,43

12.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	6 817,38	9 551,57
Outros Rendimentos e Ganhos	300,00	200,00
Juros	6,29	7,10
Total	7 123,67	9 758,67

12.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	92,86	0,00
Total	92,86	0,00

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	849,83	1 197,39
Total	849,83	1 197,39
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6,29	7,10
Total	6,29	7,10
Resultados Financeiros	-843,54	-1 190,29

12.15 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Outros investimentos Financeiros		
FCT	13,08	0,00
Total	13,08	0,00


12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Chã, 17 de Março de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção
